

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

Termo de Referência

AQUISIÇÃO DE PLATAFORMAS DE COLETAS DE DADOS (PCDS) (PA) 223/2025

1 - Objeto

A presente licitação tem como objeto a aquisição de Plataformas de Coletas de Dados (PCDs) equipadas com sensores hidrometeorológicos, bem como a contratação do serviço de instalação desses equipamentos na Rede de Monitoramento Hidrometeorológico da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb).

2 - Da justificativa da necessidade do objeto

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), alinhada ao seu planejamento estratégico, reafirma o compromisso com a sustentabilidade por meio da incorporação de práticas que promovem o equilíbrio entre desenvolvimento operacional e responsabilidade socioambiental. A aquisição de Plataformas de Coleta de Dados (PCDs) representa uma ação concreta nesse sentido, ao modernizar a Rede de Monitoramento Hidrometeorológico da Companhia. Tal iniciativa fortalece a gestão dos recursos hídricos, aprimora a capacidade de resposta a eventos climáticos extremos e contribui para a segurança hídrica do abastecimento, especialmente em períodos de estiagem.

Essa ação está diretamente vinculada ao eixo socioambiental do planejamento estratégico da Caesb, que orienta a adoção de tecnologias e soluções que reduzam o consumo de energia e recursos naturais, promovam a mitigação de impactos ambientais e assegurem a proteção do patrimônio cultural e ambiental do Distrito Federal. Além disso, a Companhia valoriza a integração de critérios ESG (Environmental, Social and Governance) em suas contratações, incentivando fornecedores a adotarem práticas sustentáveis e responsáveis.

Por meio dessas diretrizes, a Caesb consolida sua atuação como agente promotor do desenvolvimento sustentável, reafirmando seu papel estratégico na preservação ambiental e na melhoria da qualidade de vida da população.

A Rede de Monitoramento Hidrometeorológico da Caesb é um instrumento essencial para a gestão eficiente dos recursos hídricos, subsidiando ações de planejamento, operação e resposta a eventos climáticos extremos. A ampliação e modernização dessa rede são fundamentais para:

- I - Coletar dados de forma discretizada, registrando as variações ao longo do dia;
- II - Fortalecer a capacidade de antecipação e resposta a eventos críticos;
- III - Apoiar a tomada de decisão em projetos de engenharia, operação e planejamento;
- IV - Atender às exigências legais e normativas relacionadas ao monitoramento e à exploração de recursos hídricos.

De semelhante modo é fundamental a aquisição de informações climatológicas nas bacias de interesse da Companhia, com vistas à melhoria dos estudos limnológicos e de balanço hídrico dos lagos.

Destaca-se que a aquisição das novas plataformas de coleta de dados atenderá não apenas ao monitoramento fluviométrico, mas também às necessidades de medição de variáveis climáticas, e de qualidade da água, e ampliação do monitoramento climático em áreas próximas aos principais reservatórios da Caesb, priorizando o monitoramento de bacias estratégicas ou com localização que dificulte o monitoramento convencional, tais como:

- I - Rio Alagado, importante afluente do Lago Corumbá;
- II - Bacia do Paranoá, com a instalação de monitoramento contínuo no braço do Riacho Fundo e a jusante da barragem;
- III - Rio Melchior, onde serão implantados novos pontos de medição de nível e qualidade da água;
- IV - Lagos Descoberto, Santa Maria e Paranoá, com a instalação das estações climatológicas.

Vale ressaltar que, essa modernização da rede de monitoramento hidrometeorológico está alinhada ao planejamento estratégico da Companhia, no eixo socioambiental. A iniciativa contribuirá diretamente para o aprimoramento do planejamento e da operação dos sistemas, além de fortalecer a gestão dos recursos hídricos e a segurança hídrica do

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Av. Sibiapiruna - Lotes 13 a 21 - Centro de Gestão Águas Emendadas

CEP 71.928-720 - Águas Claras DF

TEL. (61) 3213-7117 - FAX (61) 3213-7116

Versão: 4.2338/2025

Termo de Referência nº 2338/2025 - RMAP, Processo: 00092-00031232/2025-65

1/10

abastecimento, especialmente em períodos de estiagem, quando a escassez pode gerar conflito entre usuários.

As especificações técnicas propostas foram selecionadas com base em critérios de eficiência operacional e viabilidade econômica, configurando-se como as alternativas mais adequadas para atender às demandas identificadas.

3 - Das Especificações Técnicas

As especificações técnicas estão anotadas no arquivo Especificações Técnicas_PCDs2025.

4 - Da dotação orçamentária

As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório correrão conforme segue:

Recursos orçamentários:

Atividade ou Projeto/Subtítulo: 17.512.8209.3995.0002.

Natureza da Despesa: 449051.

Código de Aplicação: 22.201.016.071-0.

Recursos Financeiros:

Próprios da Caesb

Código: 21.101.100.000-6.

5 - Do prazo para fornecimento do objeto

O prazo de entrega será de até 120 (cento e vinte) dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura do contrato de fornecimento ou recebimento da nota de empenho, de acordo com a necessidade da Caesb, após a homologação da licitação e da Ata de Registro de Preços pela Caesb.

O prazo para instalação será de até 60 (sessenta) dias consecutivos, conforme cronograma a ser definido pela Caesb em função das demandas operacionais.

6 - Do prazo para fornecimento do objeto

1 - O contrato terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua assinatura, após a homologação da licitação e da Ata de Registro de Preços pela Caesb. O prazo de entrega será de até 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar da data de entrega da nota de empenho ao fornecedor, a qual poderá ser enviada por e-mail ou fisicamente, a critério da Caesb. O prazo para instalação será de até 60 (sessenta) dias consecutivos, conforme cronograma a ser definido pela Caesb em função das demandas operacionais. 1.1 - Excepcionalmente, mediante solicitação do fornecedor, será possível conceder um prazo adicional de até 30 (trinta) dias corridos, além do estabelecido, desde que comprovada a necessidade de importação de material de outro país para atender à solicitação da Caesb. 2 - Em casos de extrema excepcionalidade, o fornecedor poderá solicitar à Caesb a prorrogação do prazo de entrega e/ou instalação, desde que comprove ser impossível entregar e/ou instalar no prazo previamente estabelecido. O pedido deve ser fundamentado, vir acompanhado de documentos que comprovem suas alegações e informar a quantidade de dias necessários para a entrega e/ou instalação do objeto. O prazo limite para o fornecedor formalizar o pedido à Caesb é até os primeiros 2/3 (dois terços) do prazo de entrega e/ou instalação. Solicitações realizadas fora desse período poderão ser analisadas pela área gestora, desde que atendam ao interesse da Caesb. 2.1 - A decisão sobre a aprovação ou não da prorrogação será de competência exclusiva do gestor da nota de empenho, que analisará cada solicitação individualmente. 3 - Toda comunicação referente à prorrogação de prazo deverá ser formalizada por e-mail, incluindo a devida documentação comprobatória, e enviada ao gestor da nota de empenho. A decisão sobre a prorrogação será comunicada ao fornecedor por e-mail, destacando os motivos que embasaram a aprovação ou negação do pedido. 4 - O descumprimento dos prazos estabelecidos sujeitará o fornecedor às penalidades previstas no edital.

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

“Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade”

Av. Sibiapiruna - Lotes 13 a 21 - Centro de Gestão Águas Emendadas

CEP 71.928-720 - Águas Claras DF

TEL. (61) 3213-7117 - FAX (61) 3213-7116

Versão: 4.2338/2025

Termo de Referência nº 2338/2025 - RMAP, Processo: 00092-00031232/2025-65

2/10

7 - Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

A vigência da Ata de Registro de Preços será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos.

O prazo supramencionado poderá ser prorrogado, nos moldes do que estabelece o artigo 90, § 1º, do Regulamento de Licitações e Contratos da Caesb – RILC.

8 - Do local de entrega do objeto

Os equipamentos deverão ser entregues no Distrito Federal, em local a ser definido no momento da entrega.

Os fornecedores deverão programar suas entregas considerando o tempo de descarga dos materiais, atentando para o horário estipulado para o recebimento dos materiais;

Os fornecedores deverão fazer constar nas embalagens dos produtos a data de fabricação e o prazo de validade (produtos que possuam), sob pena de serem rejeitados na ocasião do recebimento, conforme art. 31, da Lei 8.078/90.

Os produtos que possuam data de validade determinada DEVEM apresentar, no momento da entrega, no mínimo dois terços da validade não transcorrida.

Quando não for possível identificar sua data de fabricação (por não constar em sua embalagem original), o produto deverá ter prazo de validade superior a um ano, contado a partir da data de entrega do produto, salvo em casos especiais que serão analisados pela área técnica.

O recebimento dos materiais se dará conforme o disposto no artigo 150 e seguintes do RILC.

O recebimento do objeto do contrato será:

I – provisório, em caso de obras e serviços, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando confirmado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

II – provisório, em caso de compras, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, de modo sumário, com confirmação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

III – definitivo, em caso de obras, serviços e compras, por empregado ou comissão designada por autoridade competente da Caesb, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.

a) O recebimento do objeto deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições contratuais.

b) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

c) Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

d) A definição do prazo para que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções deverá ser fixada pelo Gestor/Fiscal do contrato conforme o caso.

e) Na hipótese de resolução do contrato, o responsável pela fiscalização contratual deverá atestar as parcelas concluídas, recebendo o objeto provisória ou definitivamente, conforme o caso.

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

“Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade”

Av. Sibiapiruna - Lotes 13 a 21 - Centro de Gestão Águas Emendadas

CEP 71.928-720 - Águas Claras DF

TEL. (61) 3213-7117 - FAX (61) 3213-7116

Versão: 4.2338/2025

Termo de Referência nº 2338/2025 - RMAP, Processo: 00092-00031232/2025-65

3/10

f) Em caso de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Caesb não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

g) Em caso de obra, o recebimento definitivo pela Caesb não eximirá o contratado pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

9 - Da amostra

A licitante cuja proposta tenha sido considerada a primeira colocada no processo licitatório será convocada a apresentar sua solução tecnológica a fim de atestar a perfeita compatibilização perante os sistemas da Caesb através de Prova de Conceito.

A Caesb emitirá parecer após a avaliação da amostra constando "aprovado" ou "reprovado".

Caso os requisitos desta Prova de Conceito não sejam atendidos até a término do prazo, a licitante será considerada reprovada, sendo convocada a segunda colocada e assim sucessivamente, até que alguma proponente atenda plenamente o requisitado.

A Caesb avaliará o sistema de telemetria da amostra, bem como sua integração com o sistema Historiador da Companhia, de modo a verificar como serão instalados os equipamentos de comunicação, a conexão com o dispositivo de medição, transmissão de dados, customização ou parametrização, painéis de informações, e a conexão com o banco de dados do historiador da Telemetria, a extração de dados, o processamento e alarmes.

Para realização dos testes, a licitante deverá:

I - Apresentar a prova de conceito, que será no ato de convocação feita pelo Agente de Licitação.

II - Demonstrar uma prova de conceito (Proof of Concept - POC) através do sistema por ela ofertado.

Nessa POC, deverão ser realizados os seguintes procedimentos:

I - Instalar 2 (dois) equipamentos de comunicação de dados, os quais:

a) 1 (um) equipamento de telemetria utilizando modem 4G para transmissão de dados;

b) 1 (um) equipamento a ser instalado em campo de telemetria utilizando transmissão de dados por rádio.

II - Transmitir e validar os dados ao sistema historiador da Caesb com os dados dos equipamentos instalados;

III - Disponibilizar painel de informações sobre os dados transmitidos, nível da bateria, geolocalização, eventos e alarmes;

IV - Configuração de frequência de medição e transmissão dos dados;

V - Customizar e enviar mensagem de eventos e/ou alarmes definidos pela contratante;

VI - Os demais licitantes poderão participar da POC como ouvintes.

No que tange aos resultados esperados a contratante verificará se o sistema permitiu realizar o diagnóstico e avaliação dos dados de telemetria. Para tanto:

I - O sistema historiador da contratante deverá receber 100% dos pacotes enviados no formato a ser definido pela contratante pelo período de 48 horas ininterruptas;

II - A licitante terá 15 (quinze) dias corridos para realizar toda a instalação, compatibilizar a comunicação com o sistema historiador da Caesb e, durante estes 15 dias, transmitir os dados por 48 horas na frequência definida no Termo de Referência;

III - Permitir a customização dos valores de alarme.

Caso solicitadas, as amostras deverão ser entregues no prazo máximo de 8 (oito) dias consecutivos após a solicitação, em Brasília/Distrito Federal, em local a ser definido no momento da entrega, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

O não cumprimento desse prazo ou a apresentação de amostras incompatíveis poderá resultar, a critério da Caesb, na

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

Av. Sibiruna - Lotes 13 a 21 - Centro de Gestão Águas Emendadas

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

CEP 71.928-720 - Águas Claras DF

Versão: 4.2338/2025

TEL. (61) 3213-7117 - FAX (61) 3213-7116

Termo de Referência nº 2338/2025 - RMAP, Processo: 00092-00031232/2025-65

4/10

desclassificação da proposta do licitante.

A prorrogação do prazo para entrega das amostras poderá ser solicitada, em caráter excepcional, pelo fornecedor, mediante justificativa formal devidamente fundamentada. A análise e eventual aprovação do pedido competem exclusivamente à área técnica da Caesb, com validação da área demandante do material, de acordo com a viabilidade e o interesse da Companhia.

Em substituição à amostra, poderá ser aceito um catálogo técnico contendo todas as informações necessárias sobre o produto, desde que autorizado pela Caesb (SLGI). No entanto, essa autorização não exime o licitante da obrigação de fornecer a amostra caso solicitado. O prazo para entrega do catálogo será o mesmo estipulado para a apresentação das amostras.

As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas e rotuladas, contendo os dados do licitante e a especificação do item, para fins de testes e análises. Além disso, deverão estar acondicionadas em suas embalagens originais de fábrica, garantindo sua integridade e segurança durante o transporte.

A amostra disponibilizada para a Caesb será testada da maneira que a equipe técnica responsável entender pertinente e poderá ser aberta, desmontada, instalada e submetida aos testes necessários de forma a viabilizar avaliação efetiva do bem. A amostra será devolvida no estado em que se encontrar após a análise, sem qualquer ônus à Caesb em caso de danos ou avarias.

No caso de a licitante ser contratada, as amostras aprovadas não serão consideradas como itens entregues do objeto adquirido.

Em observância ao princípio da publicidade, qualquer licitante interessado poderá solicitar o acompanhamento das etapas de análise das amostras ao pregoeiro. Essa solicitação deverá ser feita em até 3 (três) horas após a divulgação do local e data das análises.

Caso o solicitante deseje acompanhar os testes, deverá solicitar sua participação ao pregoeiro. Será permitida a presença de apenas 1 (uma) pessoa por empresa, a qual deverá utilizar vestimenta adequada e, quando necessário, os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) exigidos para o acompanhamento dos testes.

As amostras da empresa vencedora permanecerão retidas na Caesb até a conclusão das entregas, para fins de conferência com os produtos fornecidos.

Já as amostras reprovadas deverão ser retiradas pelo licitante em até 15 (quinze) dias consecutivos após o resultado da licitação. Caso não sejam retiradas, cujo decurso será considerado como abandono da propriedade, conforme o inciso III do art. 1.275 do Código Civil, cabendo à Caesb decidir sobre a sua destinação, sem direito a ressarcimento.

O fornecedor que não apresentar as amostras, apresentá-las fora do prazo estipulado ou não comparecer no dia e horário previamente agendado para a prova de conceito, sem justificativa aceita pela Caesb, ou aquele que deixar de atender às especificações do edital, terá a sua proposta desclassificada.

10 - Da documentação relativa à qualificação técnica

- a) Certidão de Registro expedida pelo CREA de qualquer unidade da federação.
- b) Capacitação técnico-operacional da empresa - Apresentação de atestado técnico, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já forneceu Plataformas de Coleta de Dados hidrometeorológicos. Será admitido o somatório de atestados, desde que atenda a integralidade dos itens de exigência.

11 - Da garantia do objeto

O objeto deverá possuir garantia de 12 (doze) meses contra defeito de fabricação, a partir da data do recebimento definitivo (aceitação de funcionamento) dos bens .

12 - Das condições de pagamento

O pagamento ocorrerá mediante fornecimento e execução de serviços, conforme descrição a seguir:

- I - Para os itens referentes ao fornecimento das PCDs: 40% na entrega dos equipamentos e 60% após a instalação, teste e aceitação de funcionamento;
- II - Para o item referente ao medidor de nível, temperatura e condutividade: 100% após entrega;
- III - Para o item relativo a montagem e instalação das PCDs: 100% após a conclusão das instalações.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados do protocolo da documentação fiscal e entrega dos materiais/equipamentos, desde que efetuada em conformidade com o edital. Conforme art. 138 do RILC e Decisão 1.241/2002-Plenário TCU, a contratada deverá apresentar as seguintes certidões:

- I - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- II - Certificado de Regularidade do FGTS –CRF;
- III - Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais, se for o caso;
- IV - Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- V - Certidão de Regularidade com a Caesb.

Considerando-se que o ônus decorrente da variação cambial é um risco da licitante, fica a seu critério contratar ou não seguro cambial. Caso opte por não contratar, absorverá as alterações de custos da variação cambial, caso ocorram.

A contratada é obrigada a manter seus contatos e endereço atualizados durante a vigência do contrato.

Para que se proceda o pagamento, o fornecedor deverá enviar, em formato XML e .PDF, o arquivo correspondente a cada nota fiscal emitida contra a Caesb aos e-mails tarcilageneroso@caesb.df.gov.br; vanusagomes@caesb.df.gov.br e rmap@caesb.df.gov.br.

A Caesb reserva-se o direito, a seu critério, de exigir o protocolo pelo fornecedor das notas fiscais emitidas. Para cumprir essa exigência, o fornecedor deve cadastrar a nota fiscal no sistema da Caesb, acessível a partir do site <https://caesb.df.gov.br>. É necessário incluir o arquivo XML, o PDF correspondente e as certidões.

A não apresentação de qualquer dos documentos, vencimento das certidões ou falta da nota fiscal eletrônica pode resultar em atrasos no processo de pagamento, sem ônus para a Caesb.

A Caesb poderá solicitar ao fornecedor que envie o arquivo correspondente a cada nota fiscal emitida contra a Caesb em formato XML e .PDF para aos e-mails tarcilageneroso@caesb.df.gov.br; vanusagomes@caesb.df.gov.br e rmap@caesb.df.gov.br.

13 - Das penalidades

As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estarão sujeitas às sanções previstas na Lei nº 13.303/2016, bem como no art. 225 do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB - RILC e no edital da licitação.

14 - Da fiscalização

Área Gestora: Gerência de Recursos Hídricos – RMAR

Gestora: Eloneide Meneses França Arruda (matrícula 52.382-8)

Fiscais: Vanusa Meireles Gomes Monteiro (matrícula 51.730-5) e Tarcila Neves Generoso (matrícula 54.090-0)

Fiscais Administrativos: Cristian Martins (matrícula 53.866-3) e Francisco de Oliveira Martins (matrícula 51.303-2)

15 - Das obrigações da contratada

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega e instalação dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência, prazo de garantia e prazo de validade;

Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 17 e 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias consecutivos, conforme fixado neste edital de licitação e Termo de Referência, objeto do contrato, ou parte dele, em que vícios, defeitos ou incorreções, decorrentes da execução ou de materiais empregados;

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação e disponibilizar número telefônico, fax, e-mail ou outro meio hábil para comunicação pela Administração disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante a vigência do contrato;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega e/ou instalação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Cumprir as cláusulas contratuais e responder de maneira plena, absoluta, exclusiva e inescusável pelos serviços contratados e seu perfeito cumprimento;

Desenvolver seus trabalhos em regime de colaboração com a CONTRATANTE, acatando as decisões da Fiscalização; Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

Resguardar à CONTRATANTE contra perdas e danos e lucros cessantes de qualquer natureza, decorrentes dos serviços executados ou de materiais fornecidos por força deste contrato; Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL

“Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade”

Av. Sibiapiruna - Lotes 13 a 21 - Centro de Gestão Águas Emendadas

CEP 71.928-720 - Águas Claras DF

TEL. (61) 3213-7117 - FAX (61) 3213-7116

Versão: 4.2338/2025

Termo de Referência nº 2338/2025 - RMAP, Processo: 00092-00031232/2025-65

7/10

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Utilizar exclusivamente o sistema PeticionamentoWeb para todos os pedidos referentes à Ata ou ao Contrato/Nota de Empenho resultantes, garantindo assim a abertura de um processo oficial e a devida formalização do pedido.

A Contratada é obrigada a enviar toda a documentação atualizada do Programa de Integridade, conforme a Lei nº 6.112/18, nos contextos em que seja exigida. Este envio deve ocorrer dentro do prazo máximo determinado pela legislação vigente no momento da celebração, prorrogação ou renovação do contrato, que é atualmente de 10 (dez)

16 - Das obrigações do contratante

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Verificar, minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, se for o caso;

Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos/materiais fornecidos pela Contratada caso estes estejam em desacordo com as exigências previstas neste instrumento;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão ou servidor especialmente designado;

Aplicar à Contratada as sanções administrativas correspondentes à conduta infracional;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos em Edital e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos e subordinados.

17 - Da subcontratação

Os serviços que são passíveis de subcontratação dentro do limite de 30% (trinta por cento) são:

a) Serviço de implantação e instalação dos equipamentos.

A subcontratação depende de autorização prévia da contratante, a quem cumpre avaliar se a subcontratada atende às disposições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária ao objeto licitado.

18 - Das disposições gerais

A Prova de Conceito (POC) constitui etapa obrigatória e indissociável do processo de habilitação técnica, conforme estabelecido no Termo de Referência e nas Regras Gerais da POC. A licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar sua solução tecnológica, com vistas à comprovação da perfeita compatibilidade com os sistemas da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb, mediante a realização da POC.

A execução da POC deverá observar integralmente os requisitos técnicos e operacionais descritos nos documentos convocatórios, incluindo a instalação e validação dos equipamentos de comunicação, integração com o sistema Historiador da Caesb, transmissão de dados, disponibilização de painéis informativos, configuração de medições e envio de eventos e alarmes.

O não atendimento aos requisitos da POC até o término do prazo estabelecido implicará, automaticamente, na reprovação da licitante, conforme previsto no Termo de Referência e nas Regras Gerais da POC. Nessa hipótese, será convocada a segunda colocada, e assim sucessivamente, até que uma proponente atenda plenamente às exigências técnicas estabelecidas.

Portanto, a realização satisfatória da POC é condição indispensável para a habilitação técnica e continuidade no certame, sendo vedada a contratação de licitante que não comprove, por meio da POC, a adequação da solução ofertada às necessidades da Caesb.

Os pagamentos decorrentes da execução contratual estarão condicionados à emissão dos respectivos Termos de Aceite Técnico e Fiscal, que deverão atestar a conformidade dos bens ou serviços entregues com as especificações estabelecidas no edital, no contrato e em seus anexos, especialmente o Termo de Referência.

O Termo de Aceite Técnico será emitido pelo fiscal técnico designado, após verificação detalhada da qualidade, funcionalidade e desempenho dos bens ou serviços, conforme previsto no modelo de gestão do contrato. O Termo de Aceite Fiscal, por sua vez, será emitido pelo fiscal administrativo, após conferência da documentação fiscal e comprovação da regularidade da contratada perante os órgãos competentes, incluindo a Caesb.

Somente após a emissão conjunta dos dois termos de aceite será autorizada a liberação do pagamento, observando-se os prazos e condições estabelecidos no contrato. A ausência de qualquer dos termos implicará a suspensão do pagamento até a regularização da pendência, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratações – RILC da Caesb e na legislação vigente.

19 - Anexos do Termo de Referência

1. Especificações Técnicas - PCDs;
2. Regras Gerais - POC.

20 - Da assinatura

Eloneide Meneses França Arruda
Gerente de Recursos Hídricos
Caesb/DR/RMA/RMAR

Página de assinatura(s) do documento

Dados do Documento	
Domínio:	https://sistemas.caesb.df.gov.br/gdoc/Verificador
Id. do Item Arquivístico:	267718
Doc. Id.:	2520856
Quantidade de Páginas:	10
Documento:	Termo de Referência
Assunto:	Aquisi??o de Plataformas
Classificação:	033.11 - COMPRA (INCLUSIVE COMPRA POR IMPORTAÇÃO)
Interessado:	RMARH - COORDENADORIA DE HIDROLOGIA, RMA - SUPERINTENDENCIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS, RMAR - GERENCIA DE RECURSOS HIDRICOS

Lista de anexo(s):

Nome	Formato	Hash(SHA256)
Especificações Técnicas - PCDs.pdf	application/pdf	7ZPCjhbWiR+5JBgEzdO54HfNwqRgYaQdNpO4sXKsq8E=
Regras Gerais - POC.pdf	application/pdf	nBtKOenA/uQ1Olj5Jf9NGT+QJ++EHzeAL+NP3mQRIOQ=

Lista de Signatário(s):

Documento assinado eletronicamente por CRISTIAN MARTINS, GERENTE (RMAP), Mat.: 538663 , em 24/10/2025 as 15:09, conforme horário oficial de Brasília-DF, fundamento no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
Documento assinado eletronicamente por GLENIO DA LUZ LIMA JUNIOR, Superintendente (RMA), Mat.: 516996 , em 28/10/2025 as 14:32, conforme horário oficial de Brasília-DF, fundamento no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
Documento assinado eletronicamente por ELONEIDE MENESES F ARRUDA, GERENTE (RMAR), Mat.: 523828 , em 04/11/2025 as 09:49, conforme horário oficial de Brasília-DF, fundamento no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.